

Drogarias no Brasil... Uma questão de polícia?

RILKE NOVATO

A sociedade brasileira acompanhou, mais uma vez estarrecida, pelos noticiários policiais, as ações de fiscais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Polícia Federal nas farmácias e drogarias dos municípios de São Paulo e de Belo Horizonte, logo após a quarta-feira de cinzas. Em dois dias foram fiscalizados 37 estabelecimentos. Desses, 16 foram interditados. As principais irregularidades encontradas foram: comércio de medicamentos falsificados, medicamentos sem registros, medicamentos contrabandeados, venda de medicamentos de controle especial (tranquilizantes, antidepressivos, entre outros) sem registro/escrituração, ausência do farmacêutico responsável pelo estabelecimento.

Para surpresa dos próprios fiscais, segundo nota da Anvisa, o que seria uma fiscalização para averiguação do cumprimento das novas normas que entrariam em vigor a partir do dia 18 de fevereiro revelou o quanto algumas farmácias e drogarias, situada nestas importantes capitais da Região Sudeste, estão muito longe da missão que compete a um estabelecimento farmacêutico. Seu propósito primordial deveria ser a prática de ações de saúde, centrada na dispensação (venda) do medicamento, o que implica em orientações corretas e seguras sobre o uso do medicamento adquirido pelo cidadão.

Essa situação reflete (des) caminho que o setor de farmácias e drogarias escolheram ao definirem o comércio de medicamentos sem obediência aos requisitos mínimos exigidos pela Legislação Sanitária.

Importante parcela das farmácias e drogarias no Brasil vem funcionando de forma não condizente com um estabelecimento de saúde. São verdadeiros "pontos de venda" de medicamentos, a qualquer custo, visando meramente o lucro, sem nenhum compromisso com a saúde dos cidadãos. Há muito deixaram de ser (se é que

um dia foram) um estabelecimento de saúde, e se tornaram mais um grave problema da já sofrida saúde pública brasileira.

A grande maioria dos proprietários destes estabelecimentos não é farmacêutico, e significativa parcela destes proprietários vislumbram possibilidades de lucros fáceis e volumosos. Sem o conhecimento dos riscos do uso incorreto dos medicamentos e a não percepção da grande maioria das reações adversas aos medicamentos no balcão dos estabelecimentos, uma vez que os pacientes não utilizam estes produtos na farmácia e nem retornam com seus relatos, os proprietários e balconistas não farmacêuticos contrariam, cotidiana e sistematicamente, todas as recomendações necessárias à dispensação correta de um medicamento. Negligenciam, portanto a recuperação da boa saúde de seus clientes.

A degradação do estabelecimento farmacêutico está chegando ao ponto extremo de virar caso de polícia. As ações de fiscais da Anvisa e da Polícia Federal dão uma ideia da gravidade da situação das farmácias e drogarias no Brasil. Somente em Minas Gerais, em menos de seis meses, eles atuaram e interditaram mais de duas dezenas de farmácias e drogarias, nas operações denominadas "Barroco" e Fenix".

A legislação do setor far-

macêutico determina que farmácias e drogarias devam ser estabelecimento de saúde e, portanto, obrigados a obedecerem existências sanitárias específicas, como presença do farmacêutico responsável, escrituração de medicamentos especiais, orientação na dispensação de medicamentos, venda de produtos correlacionadas à saúde. Por ser estabelecimento voltado à saúde das pessoas, o ambiente das farmácias deve ser propício a este fim. Cabe salientar que, mesmo as "drugstores", uma realidade, não podem tratar os medicamentos como um outro produto qualquer de seu mix; e nem a saúde da população como uma mercadoria sem valor e descartável. A venda e comercialização de produtos inadequados e alheios ao ambiente das farmácias somente contribuem para a descaracterização destes estabelecimentos, tornando-os mais vulneráveis às ações criminosas, como as constatadas nas ações dos fiscais da Anvisa e Polícia Federal.

A sociedade não pode continuar refém de interesses meramente comerciais e criminosos que priorizam o lucro acima da saúde dos cidadãos. Cabe aos órgãos competentes e à Justiça Brasileira dar um basta nesta escalada de crimes que fazem das farmácias e drogarias um caso de polícia. ☐

✉ Rilke Novato é farmacêutico e diretor do Sinfarmig - Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais

